

**MUNICÍPIO DE
VISEU**

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º. CMV-067/2023

Os níveis de inatividade física da população, associados ao aumento dos comportamentos sedentários, são apresentados pela Organização Mundial de Saúde como o quarto fator de risco de mortalidade a nível mundial e representam, apenas nos 27 países da União Europeia, um custo superior a 80 biliões de euros por ano quando associados aos custos relacionados com as doenças não transmissíveis, mais associadas aos estilos de vida modernos. Em Portugal, estima-se que a “fatura” da inatividade física para o Serviço Nacional de Saúde se aproxime dos 900 milhões de euros por ano.

Alguns estudos alertam para o risco das novas gerações poderem, pela primeira vez na história da Humanidade, viver menos tempo que as gerações atuais.

O Município de Viseu, devidamente articulado com as instituições locais, na área da Saúde, Desporto, Juventude, tem estado atento a esta nova realidade e tem procurado estar alinhado com os planos internacionais e nacionais de estratégias de promoção para a Atividade Física, entendida num conceito mais lato e multissetorial, que integra toda a prática desportiva, institucionalizada ou não institucionalizada e todas as formas de diminuição dos comportamentos sedentários da população nas 24 horas do dia.

Esta alteração de paradigma de intervenção municipal envolve a oferta à comunidade de programas, projetos e ações mais direcionadas para as necessidades dos munícipes, mais orientados para espaços desportivos de proximidade e promotores da Atividade Física, que aumentem a literacia da população nesta área, capacitando os cidadãos para a tomada diária de decisões mais informada e consciente, e através da organização e apoio a eventos que promovam mais o participante e menos o espetador, ou seja, que promovam uma cultura de cidade ativa nas suas várias dimensões (Mobilidade, Espaço Urbano, Equipamentos, Programas, Atividades, Eventos, Responsabilidade Social).

Valorizamos e potenciamos o trabalho em rede realizado com as instituições locais. É nesta estratégia de abordagem intersetorial e multifatorial que procuramos encontrar as ações e medidas ajustadas para atingirmos os objetivos que, todos enquanto comunidade, nos propomos: aumentar os níveis de atividade física da população e redução dos comportamentos sedentários nas rotinas diárias procurando respeitar e seguir as recomendações mais recentes da Organização Mundial de Saúde.

O Município de Viseu, através do seu Eixo de Apoio ao Desporto e Atividade Física (EADAF), reconhece, valoriza e apoia o trabalho desenvolvido pelas centenas de agentes desportivos que, muitas vezes, de forma voluntária e apaixonada, se envolvem na vida dos clubes e associações locais.

Considerando que:

- 1) Nos termos do disposto nas alíneas f), g) e m) do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, o Município tem atribuições nos domínios dos tempos livres e do Desporto, da Saúde e da promoção do desenvolvimento;
- 2) Compete à Câmara Municipal de Viseu, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 3) Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do citado diploma legal, compete, de igual modo, apoiar ou participar, pelos meios adequados a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;
- 4) O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, condiciona a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos por parte das autarquias locais, à celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, bem como o disposto no n.º 2 do artigo 5º, nos artigos 7º, 46º e 47º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

Entre,

O MUNICÍPIO DE VISEU, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, NIPC 506 697 320, aqui representado por Fernando de Carvalho Ruas, na qualidade de Presidente, adiante designado por MV ou Primeiro Outorgante;

e

O **CENTRO HÍPICO DE VISEU** pessoa coletiva de direito privado, com sede em Quinta do Carvoeiro, Outeiro das Merendas, Apartado 246, NIPC 503 552 208, aqui representado por Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo, na qualidade de Presidente, adiante designado por Entidade ou Segundo Outorgante;

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, enquadrado no âmbito do EADAF, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

Através do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, adiante designado por Contrato ou CPPD, o Primeiro Outorgante concede ao Segundo Outorgante um apoio com uma componente financeira e outra não financeira para a organização do evento **Competição Nacional de Saltos de Obstáculos “Cidade de Viseu”** de acordo com o Programa de Desenvolvimento Desportivo constante de Anexo a este Contrato, do qual faz parte integrante.

Cláusula 2.ª

Obrigações da Entidade Beneficiária do Apoio

Pelo presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o **CENTRO HÍPICO DE VISEU**, enquanto entidade beneficiária do apoio ora concedido, e em cumprimento do Programa de Desenvolvimento Desportivo, assume as seguintes obrigações:

1. Contratar os necessários seguros de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, evidenciando-o através da entrega ao Primeiro Outorgante, antes da realização do evento desportivo, de cópia da Apólice de Seguro, anexando a documentação, posteriormente, aos relatórios finais de execução física e financeira do eventos;
2. Cumprir e salvaguardar os princípios da ética desportiva, igualdade de género e combate à xenofobia e violência no Desporto;
3. Respeitar as normas constantes nos Regulamentos Municipais em vigor, nomeadamente, Licenciamento de Provas Desportivas, de Publicidade e da Ocupação da Via Pública;
4. Entregar prémios de valor igual às atletas femininas e atletas masculinos, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e legislação regulamentar sobre esta matéria;
5. Criar um centro de resultados próprio e exclusivo para a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, objeto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução do mesmo, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;
6. Manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos relativos aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com a menção expressa da sua proveniência e da

absoluta insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo a aprovar pela Câmara Municipal de Viseu;

7. Proceder ao pagamento das despesas, objeto de financiamento, realizadas, não aplicando as verbas concedidas a outros fins;
8. Cumprir as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social e prestar consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva pelos serviços do Município;
9. Certificar as suas contas por Revisor Oficial de Contas, ou Sociedade Revisora de Contas, se os apoios concedidos pelo Município de Viseu no ano económico de 2023 forem de valor superior a 50.000,00€ (cinquenta mil euros);
10. Prestar todas as informações e apresentar todos os documentos solicitados pelo Município, como entidade competente pelo acompanhamento e controlo da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
11. Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do Programa de Desenvolvimento Desportivo, o apoio do Município de Viseu com a designação de "Apoio Institucional" e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos ou outros de divulgação das atividades previstas no Programa apresentado;
12. Publicitar o presente Contrato, até 5 dias da sua data de assinatura, na página institucional e/ou redes sociais do Clube;
13. Enviar ao Município, logo que se encontre concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo e, impreterivelmente, até 60 dias seguidos após o término do Programa de Desenvolvimento Desportivo, um Relatório Final sobre a execução do mesmo, em modelo próprio a definir pelo Município de Viseu, acompanhado dos documentos comprovativos de realização das despesas financiadas, designadamente, os recibos de quitação emitidos pelos fornecedores respetivos;
14. Cumprir o quadro legal aplicável à presente relação contratual, designadamente o regime de incompatibilidades dos dirigentes desportivos.

Cláusula 3.ª

Data e Local do evento

1. O **Competição Nacional de Saltos de Obstáculos "Cidade de Viseu"** terá lugar nos dias definidos em PDD nos seguintes locais: Centro Hípico de Viseu - Rio de Loba - Viseu
- 2.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1. Para a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado pelo Segundo Outorgante, no âmbito do EADAF, para a organização do evento **Competição Nacional de Saltos de Obstáculos "Cidade de Viseu"**, com a despesa de referência de **21.345,00 € (vinte e um mil, trezentos e quarenta e cinco euros)**, constante da proposta apresentada pela Entidade, é celebrado um Contrato-Programa até ao valor global de **4.000,00 € (quatro mil euros)**, correspondente a **18,73 %** da referida despesa, onde se insere uma

comparticipação financeira concedida pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, até ao valor de **4.000,00 € (quatro mil euros)**.

2. Caso o custo efetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo analisado em função de cada Medida de apoio, se revele inferior ao custo de referência indicado para esse mesmo objeto, definido no n.º 1 da presente Cláusula, a participação financeira a atribuir ao Segundo Outorgante poderá ser reduzida pelo Primeiro Outorgante, aplicando-se ao custo efetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo a percentagem definida no n.º 1 da presente Cláusula, em função do objeto apoiado.
3. Caso haja lugar à revisão da participação financeira nos termos dos números anteriores, o Segundo Outorgante obriga-se a devolver ao Município de Viseu o montante resultante do diferencial entre as verbas já entregues ao abrigo do presente Contrato e a participação financeira apurada.
4. A participação financeira definida na presente cláusula não será proporcionalmente aumentada em função do custo real do programa de desenvolvimento desportivo, a não ser que haja concordância expressa por parte do Primeiro Outorgante, após fundamentação específica e concreta.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da participação financeira

A participação referida nas alíneas do n.º 1 da Cláusula 4.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

1. **3.600,00 € (três mil e seiscentos euros)**, após assinatura e publicitação do presente CPDD;
2. **400,00 € (quatrocentos euros)**, correspondente a 10%, após entrega, avaliação e aprovação em reunião de câmara, do Relatório Final referido na Cláusula 2.ª e respetiva documentação.

Cláusula 6.ª

Regime do apoio não financeiro

1. O Primeiro Outorgante concede ao Segundo Outorgante um apoio não financeiro que consiste na isenção/redução das taxas/preços de instalações desportivas municipais, até ao valor definido na cláusula 4ª.
2. O Município compromete-se ainda a colaborar na divulgação e promoção do evento a nível local pelos meios institucionais ao seu dispor.

Cláusula 7.ª**Gestor do Contrato**

Fica designado, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, como gestor do contrato do Município de Viseu: Sérgio Lopes Pinheiro

Cláusula 8.ª**Mora e incumprimento do Contrato**

1. O não cumprimento, pelo Segundo Outorgante, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao Desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo Município de Viseu.
2. O atraso na realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo confere ao Primeiro Outorgante o direito de fixar novo prazo ou novo calendário para a sua execução.
3. Verificado novo atraso, o Primeiro Outorgante tem o direito de resolver o Contrato, mas as quantias que já tiverem sido pagas a título de participação, só lhe devem ser restituídas na medida em que a realização do objeto do Contrato ficar comprometida.
4. A não entrega do Relatório Final, referido na Cláusula 2.ª, dentro do prazo estabelecido, implica o imediato cancelamento da última tranche.
5. O incumprimento do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, imputável à entidade beneficiária da participação financeira, constitui esta na obrigação de restituir as quantias que, entretanto, tenha recebido na proporção do incumprimento.
6. O incumprimento do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo imputável à entidade beneficiária da participação financeira implica, também, a impossibilidade de esta beneficiar de novas participações enquanto não repuser as quantias a restituir.
7. A reposição das quantias, referidas no número anterior, pode ser efetuada mediante a retenção, pelo Primeiro Outorgante, de verbas afetas a este ou outros Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, desde que não se coloquem em causa os fins essenciais dos mesmos.
8. Perante a não apresentação do Relatório Final e da documentação comprovativa da realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo, e das despesas financiadas, e não sendo restituídas pelo Clube as verbas atribuídas no âmbito do apoio financeiro, o Município procederá judicialmente, nomeadamente através da responsabilização dos membros dos órgãos de gestão do Clube.

Cláusula 9.ª**Revisão do Contrato**

O presente Contrato poderá ser modificado ou revisto sempre que, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para o Segundo Outorgante, ou manifestamente inadequada à realização do interesse público, ou por livre acordo das partes.

Cláusula 10.ª**Cessação do Contrato**

A vigência do Contrato-Programa cessa quando seja concluído o Programa de Desenvolvimento Desportivo objeto de apoio, sem prejuízo do cabal cumprimento de todas as obrigações contratualmente assumidas, e nos demais casos previstos na lei.

Cláusula 11.ª**Cláusula de Compromisso**

Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17/03, ao presente Protocolo, com o valor global de **4.000,00€ (quatro mil euros)**, corresponde o compromisso válido e sequencial n.º **72083**.

Cláusula 12.ª**Controlo Financeiro**

De acordo com o disposto no art.º 2.º, n.º 3 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26/08 e alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 09/03), o Segundo Outorgante, enquanto entidade beneficiária de dinheiros públicos, fica sujeito à jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas, na medida necessária à fiscalização da legalidade, regularidade e correção económica e financeira da aplicação daqueles dinheiros.



Cláusula 13.ª

Litígios

Os litígios emergentes da execução do presente Contrato serão submetidos a arbitragem nos termos da lei.

Cláusula 14.ª

Publicitação

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, com os respetivos anexos, é publicitado na página eletrónica do Primeiro Outorgante, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 27º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 15.ª

Regime Geral de Proteção de Dados

O Primeiro Outorgante compromete-se a respeitar as regras de privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento da EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e da Lei 58/2019, de 8 de agosto.

Cláusula 16.ª

Entrada em vigor

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entra em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica do Primeiro Outorgante, de acordo com o disposto no artigo 14º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 17.ª

Contratação excluída

Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos, ao presente Contrato-Programa não é aplicável a Parte II do referido Código, nos termos do artigo 1.º, do n.º 1 do artigo 1.º-A, da alínea c) do n.º 4, do artigo 5.º e do artigo 5.º-B deste diploma legal.

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, de 23 de novembro de 2023, e encontra-se em EDOC, na distribuição EDOC/2023/76702

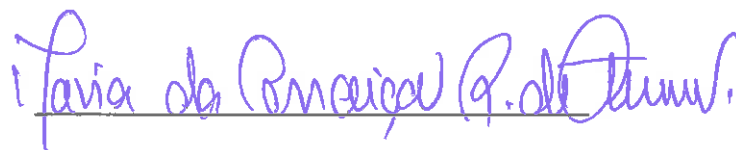
Este Protocolo foi feito em duplicado e livremente assinado entre as partes, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.

Viseu, 19 de dezembro 2023

MUNICÍPIO DE VISEU



CENTRO HÍPICO DE VISEU



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2023
Medida | Desporto de Rendimento

Antes do preenchimento desta candidatura sugere-se uma leitura atenta das orientações e procedimentos PDD2023

Identificação da Entidade Organizadora	CENTRO HÍPICO DE VISEU		
Designação da Atividade / Evento Desportivo	Competição Nacional de Saltos de Obstáculos " Cidade de Viseu"		
Modalidade / Tipo de Atividade	Equitação- Saltos de Obstáculos		
Enquadramento Federativo (anexar o comprovativo da federação que regula e enquadra legalmente o evento)	Regulamento de Saltos de Obstáculos da Federação Equestre Portuguesa (FEP)		
Data de Realização e Horário do Evento	02/09/2023 - Manhã 9h30m - Tarde 13h/14h -18h e 03/09/2023 - Manhã 9h30m - Tarde 13h/14h-18h		
Local de Realização - Concelho e Freguesia(s)	Centro Hípico de Viseu - Rio de Loba - Viseu		
Custo de inscrição por equipa ou atleta (apresentar as diferentes opções se aplicável)	Custo/Prova: P Aberta - 20 €, P Iniciados - 20 €, P. 1,00m - 20 €;P. 1,10m - 21 €,P.1,20m - 28,5 €,P.1,30m -4		
Local de Realização - Instalação Desportiva			
Caso seja uma Instalação Desportiva Não Municipal	Valor por hora	197/2017	Anexar horário e período de utilização, confirmado pela entidade gestora ao PDD
	Alvará de utilização nº		
Site do evento e/ou página nas redes sociais			
Plano / Ações de Sustentabilidade Ambiental	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Anexar Documento(s) ao PDD
Plano / Ações de Comunicação orientado para o público a	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	
Plano de Promoção de Princípios da Ética no Desporto e de Combate às Manifestações de Violência, Racismo, Xenofobia ou Intolerância e Igualdade de Género	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	

Descrição do Evento Desportivo / Competição
Indicar tipologia do evento, modalidade, quadros competilivos, equipas/atletas participantes, ...

Competição Nacional de Saltos de Obstáculos,Hípico na modalidadeSalto de Obstáculos. Realiza-se anualmente, no mês de setembro, tendo em 2023 a sua 36ª Edição, integrando o Programa Oficial da Feira de S Mateus até 2013 e 2021 integrou o PDD do Município de Viseu A partir de 2022, além de integrar o PDD do Município de Viseu,passou a integrar o Programa Oficial da Feira de S Mateus Em 2022 foram contabilizadas 250 inscrições, tendo participado 250 conjuntos cavalo/cavaleiro nas 18 provas de saltos de obstaculos com alturas compreendidas entre 0,80m e 1,35m Salienta-se também a participação dos alunos das Escolas de Equitação nas "Provas Abertas" integradas nesta Competição Trata-se de uma Competição Federada, organizada de acordo com o Regulamento de Saltos de Obstaculos da Federação Equestre Portuguesa, respeitando as orientações/exigências técnicas associadas à categoria B do Evento, nomeadamente quanto ao tipo de provas e elenco técnico À semelhança de anos anteriores, prevê-se que participem no Evento atletas Nacionais referências na modalidade, quer a nível Nacional, quer Internacional Salienta-se a participação do cavaleiro Antonio Matos Almeida,equitador do Centro Hípico de Viseu, campeão Nacional por duas vezes, a última em 2022, com um palmarés invejável

Fundamentar a importância do evento no âmbito da promoção desportiva e relevância sócio-económica para o concelho.

Este evento realiza-se na Cidade de Viseu,contando este ano a 36ª Edição,tem por isso tradição e grande visibilidade mediática Atrai público, em particular jovens e crianças,que têm o primeiro contacto com o Hipismo através desta modalidade,despertando-os e motivando-os para a prática da mesma Alguns destes jovens e crianças, começam por frequentar a Escola de Equitação,adquirem gosto pela modalidade desportiva, e dão-lhe continuidade O Centro Hípico de Viseu é o único Clube do Distrito de Viseu que promove e realiza este tipo de Evento Nacional Federado Grande parte dos cavaleiros que participam nesta Competição,vêm de todo o País acompanhados pelo seu staff de apoio e respetivas famílias, que durante os dois dias permanecem/pemoram na nossa Cidade, gerando um impacto muito positivo na economia do nosso Concelho/Região, em particular, na restauração, alojamento e comércio Este Evento representa um ótimo cartão de visita para o Turismo e Cultura da nossa Região

- Objetivos a alcançar com a organização da Atividade / Evento Desportivo**
- OBJ. 1 Aumentar o nº de atletas a participar na Competição Nacional de Saltos de Obstáculos "Cidade de Viseu"
 - OBJ. 2 Garantir a representação da modalidade nos Eventos desportivos da Cidade de Viseu, com a realização deste Evento, único na modalidade
 - OBJ. 3 Contribuir para o aumento de visitantes na cidade de Viseu (atletas, família, staff, membros do júri, pertencentes a outras regiões),estimular a repetição de visitas, potenciar a economia da nossa Região e difundir o nosso património artístico e cultural
 - OBJ. 4 Aumentar o nº de atletas a praticar a modalidade, contribuindo desta forma para a promoção da atividade física, saúde e bem estar

em função de público alvo definido	Previstos	% residentes no concelho	% fora do concelho
------------------------------------	-----------	--------------------------	--------------------

Nº de Atletas	
Nº Espetadores	2000 (nos dois dias)

Atribuição de Prémios Monetários em função da classificação			
Sim	sim	Valor	9.000,00 €(Prize Money)
Não			

Descrever o valor atribuído por categoria e género (será valorizada na apreciação das candidaturas o critério de a igualdade de género na atribuição dos prémios)

Responsabilidade Social
indicar e descrever estratégias de Responsabilidade Social do evento (ex. ações de cariz solidário, igualdade de género, integração de pessoas com deficiência, ...)

Participação das crianças, adolescentes e adultos, com necessidades especiais, que frequentam as sessões de Hipoterapia no Centro Hípico de Viseu.

Transmissões/Televisivas do evento
Indicar operador(es) de TV, dia e horário da(s) transmissão(ões)

Outros/ Programas e/ou Reportagens televisivas de promoção do concelho como destino turístico (indicar operador(es) de TV, datas e horários)

Descrição Sumária das Despesas	Despesas Previstas
Despesas Federativas	450,00 €
Utilização Instalações Desportivas, Espaços ou Serviços Municipais	- €
Aluguer de Instalações Desportivas ou Espaços Não Municipais	- €
	- €
	- €
Deslocações (fundamentar despesa nas observações)	100,00 €
Alojamentos (fundamentar despesa nas observações)	800,00 €
Alimentação (fundamentar despesa nas observações)	400,00 €
Recursos Humanos (Arbitragens, Técnicos, Staff, ...)	2.500,00 €
SECURITY Policiamento e Segurança	- €
Seguros	100,00 €
SAFETY: Apoio Médico e de Socorro	500,00 €
Comunicação (Imagem, Promoção, Distribuição, ...)	600,00 €
Troféus, Medalhas e Lembranças	150,00 €
Prémios Financeiros	9.000,00 €
Atividades Complementares e de Animação	- €
Licenças (Municipais, SPA, ...)	25,00 €
Transmissão Televisiva	- €
Outras: aluguer de boxes e bancada	6.000,00 €
Outras: ligação eventual EDP	120,00 €
Outras: arranjo do campo obstáculos	600,00 €
Totais	21.345,00 €

Previsão de % de despesa de referência do evento efetuada com fornecedores do concelho de Viseu: 0%

Descrição Sumária das Receitas	Receitas Previstas
Expectativa de Apoio Financeiro - Município de Viseu	7.500,00 €
Município de Viseu - isenção taxas utilização Instalações Desportivas, Espaços e Serviços Municipais	- €
Junta de Freguesia de: Rio de Loba	500,00 €
Instituto Português de Desporto e Juventude	- €
Outras: Viseu Marca	5.000,00 €
Inscrições Atletas/Participantes/Equipas	6.000,00 €
Patrocínios	1.500,00 €
Donativos, Mecenato	- €
Bilheteira	- €
Exploração Bar	1.500,00 €
Apoio Federações ou Associações de Modalidade	- €
Direitos Televisivos	- €
Outras:	- €
Outras:	- €
Totais	22.000,00 €

Apoio Logístico necessário a solicitar ao Município de Viseu

Fundamentação da despesa com alojamentos

Júri vindo de fora, estando incluído na sua prestação de serviços os honorários e alojamento nos dois dias de prova.

Fundamentação da despesa com alimentação

Júri vindo de fora, estando incluído na sua prestação de serviços os honorários e alimentação nos dois dias de prova.

OBSERVAÇÕES

O apoio financeiro do Município a esta Competição Nacional Saltos de Obstáculos, é fundamental à realização da mesma, considerando o montante elevado das despesas associadas. A competição não tem receitas de bilheteira sendo de acesso gratuito. A proposta de apoio encontra-se agrupada em 4 componentes: a) Despesas associadas ao júri do Concurso - honorários, alojamento e alimentação (o júri vem de fora), b) despesas com a inscrição do concurso na Federação Equestre Portuguesa, c) Aluguer de equipamento e material desportivo (bancada e boxes), d) Prémios e Troféus.

ANEXOS A ENTREGAR COM PDD

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Para os devidos efeitos e no âmbito da candidatura apresentada, declaro que o presente evento cumpre todos os normativos legais em vigor em função da tipologia do evento a organizar.

O/A responsável pela entidade promotora
Cargo
Data

Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo

Presidente da Direção

Presidente da Direção

17 de julho de 2023

Maria da Conceição R. de Azevedo

